

## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - EVENTO INTERNACIONAL

### ETAPA DO FIM CEV INTERNATIONAL CHAMPIONSHIP, ESTORIL, 5 A 7 DE JULHO

Entre:

A FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL (FMP) pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através do despacho nº 38/94, de 30 de agosto, publicado na 2ª série do Diário da República nº 209, de 09 de setembro, com sede no Largo Vitorino Damásio n.º3C – Pavilhão 1, 1200-872 Lisboa, NIPC 502802081, aqui representada por Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro, na qualidade de Presidente, adianta designada como 1ª OUTORGANTE.

E

O MOTOR CLUBE DO ESTORIL (MCE) com sede na Avenida Alfredo César Torres, km 6, Loja 1, 2676 901 Alcabideche, NIPC 504972960, aqui representado por António da Rocha Lima, na qualidade de Presidente, adiante designado por 2ª OUTORGANTE.

Considerando que:

1. A 1ª OUTORGANTE e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) celebraram em 11 de novembro de 2020 o contrato-programa de desenvolvimento desportivo nº CP/357/DDF/2020.
2. O referido contrato tem por objeto a concessão de uma comparticipação financeira destinada à organização do Evento Desportivo Internacional designado FIM CEV International Championship (Etapa do Campeonato do Mundo Moto3 Juniores e do Campeonato da Europa), no Estoril, nos dias 5 a 7 de julho de 2020, doravante designado por Evento Desportivo. ✓
2. O Evento Desportivo é organizado pelo 2ª OUTORGANTE, mantendo a 1ª OUTORGANTE, enquanto Federação Desportiva com égide sobre a competição motociclística em Portugal, o poder de fiscalização e supervisão do Evento Desportivo.
3. A disponibilização da verba financeira por parte da 1ª OUTORGANTE ao 2ª OUTORGANTE estará sempre condicionada não só ao cumprimento, por parte desta, das suas obrigações, mas também e principalmente, do efetivo pagamento à 1ª OUTORGANTE, por parte do IPDJ.

É celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes e respetivos anexos:

### CLÁUSULA 1ª

#### Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a formalização dos termos e condições a observar na disponibilização ao 2º OUTORGANTE, da comparticipação financeira a atribuir pelo IPDJ à 1ª OUTORGANTE para realização do Evento Desportivo prevista no contrato-programa referido no considerando 1, que se anexa ao presente contrato (Anexo 1) e do qual faz parte integrante.

### CLÁUSULA 2ª

#### Disponibilização Financeira

1. Para a organização do Evento Desportivo referido na Cláusula supra será disponibilizada ao 2º OUTORGANTE, uma comparticipação financeira até ao valor máximo de 30.000,00 € (trinta mil euros), podendo o valor sofrer uma depreciação nos termos ponto 2 da cláusula 3ª do referido anexo.
2. O valor final do apoio será determinado nos termos do nº 2 da Cláusula 3ª do Contrato-Programa celebrado entre a 1ª OUTORGANTE e o IPDJ, anexo a este contrato, contrato do qual o 2º OUTORGANTE declara ter prévio e perfeito conhecimento.
3. A comparticipação financeira referida no n.º 1 será disponibilizada ao 2º OUTORGANTE nos seguintes termos, mas sempre condicionada ao prévio pagamento por parte do IPDJ.
  - a) 50% da comparticipação financeira até 15 (quinze) após a entrada em vigor do respetivo contrato-programa, correspondente a 15.000,00 €;
  - b) 50% da comparticipação financeira, correspondente a 15.000,00 €, em 2020, no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório final sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo IPDJ, acompanhado do balancete analítico do centro de custos antes do apuramento de resultados, do registo contabilístico das receitas referentes ao Evento Desportivo e obtida a respetiva validação positiva por parte do IPDJ.
4. Os montantes referidos no presente contrato só serão devidos na medida em que os mesmos sejam pagos pelo IPDJ à 1ª OUTORGANTE.

### CLÁUSULA 3ª

#### Obrigações do 2º OUTORGANTE

São obrigações do 2º OUTORGANTE:

- a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada pela 1ª OUTORGANTE e de forma a atingir os objetivos nela expressos;

- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da realização deste evento desportivo, sempre que solicitados pelo 1º OUTORGANTE;
- c) De acordo com o estabelecido no n.º 2, artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, organizar a sua contabilidade por centros de custo próprios e exclusivos com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação das receitas;
- d) Entregar, até 60 (sessenta) dias após a conclusão do Evento Desportivo, o relatório final sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo IPDJ, acompanhado do balancete analítico do centro de custos antes do apuramento de resultados, previsto na alínea c), e do registo contabilístico das receitas referentes ao programa desportivo em anexo;
- e) Facultar à 1ª OUTORGANTE ou a entidade credenciada a indicar por aquele, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de execução orçamental, o balancete analítico do centro de resultados antes do apuramento de resultados relativos à realização do Evento Desportivo e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome do 2º OUTORGANTE ou de seu associado, nos termos da alínea g) da presente Cláusula, que comprovem as despesas relativas à realização do Evento Desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- f) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do programa desportivo, o apoio do IPDJ e da 1ª OUTORGANTE conforme regras fixadas no manual de normas gráficas;
- g) Facultar ao IPDJ e à 1ª OUTORGANTE, sempre que solicitado, a acreditação necessária aos elementos definidos por aquele, para que estes possam, no decorrer do Evento, assistir à sua realização e acompanhar a execução o programa desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- h) São ainda obrigações do 2º OUTORGANTE aquelas que resultam do contrato Anexo 1, referentes à organização do Evento.
- i) Liquidar a quantia de 3.100,00 € referente à taxa de prova da Federação Internacional de Motociclismo (FIM) e a quantia de 4.500,00 € referente à taxa de prova da Federação de Motociclismo de Portugal (FMP).

#### CLÁUSULA 4ª

##### Incumprimento das obrigações do 2º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 8.ª e 9.ª do Anexo 1, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte da 1ª OUTORGANTE quando o 2º OUTORGANTE não cumpra:
  - a) As obrigações referidas na cláusula 3ª do presente contrato-programa;
  - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a 1ª OUTORGANTE;
  - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.
2. O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), d), e) e/ou g) da cláusula 3ª, concede à 1ª OUTORGANTE, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objeto deste contrato.
3. Caso as participações financeiras concedidas pela 1ª OUTORGANTE não tenham sido aplicadas na competente realização do Evento Desportivo, o 2º OUTORGANTE obriga-se a restituir à 1ª OUTORGANTE os montantes não aplicados e já recebidos.
4. As participações financeiras concedidas ao 2º OUTORGANTE pela 1ª OUTORGANTE ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2020 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos Programas de Atividades, são por esta restituídas à 1ª OUTORGANTE podendo o IPDJ, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### **CLÁUSULA 5ª**

##### **Revisão do Contrato**

O presente contrato será revisto ou modificado nos exatos termos em que seja o contrato-programa celebrado entre a 1ª OUTORGANTE e o IPDJ, em anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA 6ª**

##### **Inspeção e Fiscalização da Execução do Contrato**

O 2º OUTORGANTE aceita a fiscalização da execução do presente contrato pela 1ª OUTORGANTE ou entidade indicada por esta, através de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditorias, nos termos da Cláusula 7ª do contrato-programa anexo a este contrato.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Disposições transitórias**

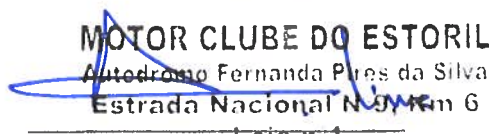
1. Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente Contrato, vigorarão as regras gerais aplicáveis a este tipo de contrato, bem como, o contrato-programa celebrado entre a 1ª OUTORGANTE e o IPDJ, em anexo a este Contrato.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. Da decisão cabe recuso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, 11, de novembro de 2020 em dois exemplares de igual valor.

O Presidente da Federação de Motociclismo de Portugal

  
Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinho

O Presidente do Motor Clube do Estoril

  
**MOTOR CLUBE DO ESTORIL**  
António Fernando Pres da Silva  
Estrada Nacional N.º 101 Km 6  
Loja n.º 1  
(António Costa Rocha Lda) N.º 504972960  
2646-901 ALCABIDECHE



A.L.  
[Handwritten initials]

Educação  
Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.  
Federação de Motociclismo de Portugal

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo N.º CP/DDF/189/2020  
Eventos Desportivos Internacionais  
FIM CEV International Championship, Estoril

Entre:

1. O **INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Vitor Pataco, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º OUTORGANTE;

e

2. A **FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DE PORTUGAL**, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 38/94, de 30 de agosto, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 209, de 9 de setembro, com sede na(o) Largo Vitorino Damásio 3 C - Pavilhão 1, 1200-872 LISBOA, NIPC 502802081, aqui representada por Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º OUTORGANTE

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - em conjugação com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª**

**Objeto do contrato**

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à organização pelo 2.º OUTORGANTE do Evento Desportivo Internacional designado FIM CEV International Championship, Estoril, no Autódromo do Estoril, nos dias 5 a 7 de julho de 2020, conforme proposta apresentada ao 1.º OUTORGANTE constante do Anexo II a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

**CLÁUSULA 2.ª**

**Execução do programa**

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa tem início a 1 de janeiro de 2020 e termina em 31 de dezembro de 2020.

**CLÁUSULA 3.ª**

**Comparticipação financeira**

1. Para a organização do Evento Desportivo referido na cláusula 1.ª supra, constante da proposta apresentada pelo 2.º OUTORGANTE, é concedida a este pelo 1.º OUTORGANTE uma comparticipação financeira até ao valor máximo de 30 000,00 €

2. O valor final do apoio é determinado após análise do relatório final indicado na alínea d) da cláusula 5.ª considerando as seguintes disposições:

a) No caso de imputação de despesas comuns a outros programas, o máximo elegível resulta da proporção entre o orçamento total do evento e o orçamento global do 2.º OUTORGANTE para o ano corrente;

b) Na eventualidade do evento ser consubstanciado por associado(s) do 2.º OUTORGANTE só são consideradas elegíveis as despesas daquele(s) associado(s) realizadas diretamente com a organização do evento;

c) Não são elegíveis as despesas resultantes de pagamento de vencimentos e remunerações aos elementos dos órgãos sociais;

d) O valor final do apoio não pode ultrapassar 22,50% das despesas efetivas e elegíveis com a organização do evento;

e) Esta percentagem inclui uma valorização na análise do evento de 7,00% decorrente dos indicadores abaixo:

i. N.º de praticantes..... 130 (1,00%)

ii. N.º de países..... 24 (2,50%)

iii. Participação de praticantes de alto nível ..... (2,50%)

• Medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos..... Sim

• Número de praticantes de alto nível..... 5

iv. Transmissão direta ..... Sim (1,00%)

f) A percentagem indicada na alínea e) pode ser revista, de acordo com a tabela inserta no anexo I;

g) No caso de incumprimento da alínea f), da cláusula 5.ª, o valor do apoio apurado nos termos das alíneas anteriores é depreciado em 2,5%.

3. O montante indicado no n.º 1 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental 04 07 01 - Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos.

**CLÁUSULA 4.ª**

**Disponibilização da comparticipação financeira**

A comparticipação referida no n.º 1. da cláusula 3.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

a) 50% da comparticipação financeira até 15 (quinze) dias após a entrada em vigor do presente contrato-programa, correspondente a 15 000,00 €;

b) 50% da comparticipação financeira, correspondente a 15 000,00 €, em 2020, no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do disposto na alínea d) da cláusula 5.ª infra e obtida a respetiva validação positiva por parte do 1.º OUTORGANTE.



### CLÁUSULA 5.ª

#### Obrigações do 2.º OUTORGANTE

São obrigações do 2.º OUTORGANTE:

- a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada ao 1.º OUTORGANTE e de forma a atingir os objetivos nela expressos;
- b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efetiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo 1.º OUTORGANTE;
- c) De acordo com o estabelecido no n.º 2, artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, organizar a sua contabilidade por centros de custo próprios e exclusivos com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação de receitas;
- d) Entregar, até 60 (sessenta) dias após a conclusão do Evento Desportivo, o relatório final, sobre a execução técnica e financeira, em modelo próprio definido pelo 1.º OUTORGANTE acompanhado do balancete analítico do centro de custos, antes do apuramento de resultados, previsto na alínea c), e do registo contabilístico das receitas referentes ao programa desportivo em anexo;
- e) Facultar ao 1.º OUTORGANTE ou a entidade credenciada a indicar por aquele, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de execução orçamental, o balancete analítico do centro de custos antes do apuramento de resultados relativos à realização do Evento Desportivo e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome do 2.º OUTORGANTE ou de seu associado, nos termos da alínea h) da presente cláusula, que comprovem as despesas relativas à realização do Evento Desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- f) Publicitar, nos meios de promoção e divulgação do programa desportivo, o apoio do 1.º OUTORGANTE conforme regras fixadas no manual de normas gráficas;
- g) Facultar ao 1.º OUTORGANTE, sempre que solicitado, a acreditação necessária aos elementos definidos por aquele, para que estes possam, no decorrer do Evento, assistir à sua realização e acompanhar a execução o programa desportivo apresentado e objeto do presente contrato;
- h) Celebrar e publicitar integralmente na respetiva página da Internet, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, os contratos-programa referentes a apoios e participações financeiras atribuídas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nela filiados.

### CLÁUSULA 6.ª

Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 8.ª e 9.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do 1.º OUTORGANTE quando o 2.º OUTORGANTE não cumpra:
  - a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa,
  - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o 1.º OUTORGANTE,
  - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2. O incumprimento culposo do disposto nas alíneas a), b), d), e) e/ou g) da cláusula 5.ª, concede ao 1.º OUTORGANTE, o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Evento Desportivo objeto deste contrato.
3. Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE não tenham sido aplicadas na competente realização do Evento Desportivo, o 2.º OUTORGANTE obriga-se a restituir ao 1.º OUTORGANTE os montantes não aplicados e já recebidos.
4. As participações financeiras concedidas ao 2.º OUTORGANTE pelo 1.º OUTORGANTE ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2020 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos Programas de Atividades, são por esta restituídas ao 1.º OUTORGANTE podendo este Instituto, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

### CLÁUSULA 7.ª

Tutela inspetiva do Estado

1. Compete ao 1.º OUTORGANTE fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
2. As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º OUTORGANTE nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

### CLÁUSULA 8.ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE

### CLÁUSULA 9.ª

Formação de treinadores

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto estabelecido pela Lei n.º 40/2012, de 28 de agosto, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE

### CLÁUSULA 10.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.




**CLÁUSULA 11.ª**  
**Vigência do contrato**


1. O presente contrato entra em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do 1.º OUTORGANTE.
2. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula 5.ª, o contrato termina em 31 de dezembro de 2020.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, a participação estabelecida no presente contrato-programa abrange a totalidade do programa desportivo a apoiar.

**CLÁUSULA 12.ª**  
**Disposições finais**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato programa é publicado na página eletrónica do 1.º OUTORGANTE.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 11 de novembro de 2020, em dois exemplares de igual valor.

O Presidente do  
Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.  
  
(Vitor Pataco)

A/O Presidente da/o  
Federação de Motociclismo de Portugal  
  
(Manuel José Teixeira Simões Antunes - Marinheiro)

**ANEXO I**  
**AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**N.º CP/ODF/189/2020**

**QUADRO DE REVISÃO DO APOIO**

Indicador	Valorização do apoio face aos indicadores
N.º de praticantes	≥ 250 de praticantes ..... 2,5%
	[200, 250[ de praticantes ..... 2%
	[150, 200[ de praticantes ..... 1,5%
	[100, 150[ de praticantes ..... 1%
	[50, 100[ de praticantes ..... 0,5%
	[0, 50[ de praticantes ..... 0%
N.º de países	<b>Modalidades individuais:</b>
	≥ 24 de países ..... 2,5%
	[10, 23] de países ..... 1%
	[0, 9] de países ..... 0%
	<b>Modalidades coletivas:</b>
	≥ 16 de países ..... 2,5%
[8, 15] de países ..... 1%	
[0, 7] de países ..... 0%	
Participação de praticantes de alto nível	Participação de praticante medalhado em Jogos Olímpicos e/ou campeonatos do mundo de absolutos
	Sim ..... 2,5%
	Não ..... 0%
	ou
	0,5%, até ao máximo de 2,5%, por cada praticante de alto nível – classificação até ao 8.º lugar, nos últimos 4 anos, em campeonato no mundo, da Europa, Jogos Olímpicos/Paralímpicos e Ranking Mundial
Transmissão direta	Sim ..... 1%
	Não ..... 0%





*[Handwritten signatures and marks in blue ink]*

**ANEXO II**  
**AO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**N.º CP/DDF/189/2020**  
**Programa de Organização de Eventos Desportivos Internacionais**